

Sem lei salarial, Oposição

Brasília, terça-feira, 25 de junho de 1991

5

ameaça obstruir

Fátima Xavier

Deputados e senadores poderão entrar em recesso, na próxima segunda-feira, votando apenas alguns projetos polêmicos e a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). No Senado os trabalhos se desenvolvem sem atropelos mas, na Câmara, as matérias consideradas polêmicas e prioritárias por parte da Secretaria Geral da mesa não coincidem com aquelas que podem ser objeto de obstrução para a apreciação da LDO por parte dos partidos de oposição, no Congresso. Os deputados votam, a partir de hoje, a Lei da Informática, a Lei do Inquilinato, a Lei Eleitoral e um projeto do Executivo que foi emendado no Senado sobre a reestruturação das Forças Armadas. O resto fica para depois, salvo acordos dos líderes que prometem reunir-se diariamente ao longo da semana, como fizeram ontem sob a direção do primeiro-secretário da Câmara, Inocêncio de Oliveira (PFL), na ausência do presidente Ibsen Pinheiro.

Uma possível obstrução por parte dos oposicionistas pode ocorrer se a Câmara não incluir na ordem do dia os projetos da Comissão do Trabalho sobre política salarial e salário mínimo. A

idéia é trocá-los pela convocação feita pela comissão, para esta semana, dos ministros da Economia, Marcílio Marques Moreira e da Infra-Estrutura, João Santana. Marcílio já vai comparecer ao plenário na próxima quinta-feira. Querem também a votação da Lei do Inquilinato e da taxaça das grandes fortunas que voltou às comissões emendado. Os projetos de autoria da Comissão do Trabalho estão na Comissão da Justiça. A obstrução pode significar a suspensão do recesso apenas por alguns dias, a exemplo do que aconteceu no ano passado. Ela foi proposta por PT e PDT, encontrando respaldo no PMDB e PSDB.

Há cerca de um mês o colégio de líderes divulgou uma lista de 15 matérias consideradas prioritárias que, sem deliberação, a oposição já ameaçava atrapalhar o recesso. Essa pauta foi esvaziada. A maioria dos projetos, de autoria do Executivo, tramitava em regime de urgência constitucional por solicitação da Presidência da República. E, ainda que os prazos expirassem em junho, a falta de acordo entre governistas e oposicionistas mudou o quadro. O que tratava, por exemplo, do aumento dos servidores públicos civis e militares ficou sobrestado

na Comissão de Justiça por conta da tramitação da Medida Provisória 296 que vence dia 29 e, se não houver acordo, deverá ser reeditada. Os que dispõem sobre negociação coletiva de trabalho, organização sindical, incentivos fiscais, portos aduaneiros e propriedade industrial perderam a urgência, por solicitação do líder do Governo, Humberto Souto. Ontem, Souto procurou o ministro da Justiça, Jarbas Passarinho, para apressar uma negociação em torno dos temas que ameaçam o recesso.

Excluindo-se as propostas que a Secretaria-Geral da mesa informou como pauta desta semana, apenas dois itens foram aprovados: os Planos de Custeio e de Benefícios da Previdência Social. No Senado, não há mais de 15 projetos e pareceres para deliberação e no Congresso polêmica mesmo só há em torno da Medida Provisória. A LDO, que poderá ser votada na Comissão Mista de Orçamento ainda hoje, não poderá ser emendada em plenário. Os vetos totais ou parciais de oito projetos que já estão na ordem do dia podem ser objeto de acordo: votam em bloco ou adiam a apreciação mais uma vez. Só a inclusão da LDO na ordem do dia não é passível de negociação.